

### Relatório da Administração

#### Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA submete à apreciação dos senhores as demonstrações contábeis da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

A Administração

#### Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	165.040	104.598	Fornecedores	16	26.192	7.274
Consumidores, concessionárias e permissionárias	9	149.197	114.297	Empréstimos e financiamentos	17	16.452	35.583
Tributos a compensar	10	30.477	15.430	Taxas e contribuições	18	1.657	1.474
Ativo fiscal corrente	11	-	2.308	Passivo fiscal corrente	11	2.291	-
Estoque	12	63.712	51.524	Obrigações com pessoal	11	1.554	1.393
Outros créditos	13	41.283	54.074	Outras contas a pagar	20	30.887	37.498
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>449.709</b>	<b>342.231</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>78.973</b>	<b>83.222</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	19	14	23	Empréstimos e financiamentos - LP	17	26.603	80.750
Outros créditos	13	3.235	16.461	Débitos fiscais diferidos	21	94.857	113.015
Imobilizado	14	268.882	355.637	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	800	819
Intangível	15	7.407	9.955	Outras contas a pagar	20	220	220
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>279.538</b>	<b>382.076</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>122.480</b>	<b>194.804</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>729.247</b>	<b>724.307</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	22		
				Capital social		221.413	221.413
				Reservas de lucros		306.381	224.868
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>527.794</b>	<b>446.281</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>729.247</b>	<b>724.307</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto dividendo por ação)

Saldos em 31 de dezembro de 2019	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Incentivos fiscais	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
Distribuição de reserva de dividendos de exercício anterior		221.413	37.185	151.528	45.868	-	455.994
Lucro líquido do exercício	22	-	-	-	(45.868)	-	(45.868)
<b>Destinação do lucro:</b>							
Constituição de reserva legal	22	-	4.276	-	-	(4.276)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração	22	-	-	20.675	-	(20.675)	-
Dividendos antecipados propostos (R\$ 0,173 por ação) e pagos	22	-	-	-	-	(49.372)	(49.372)
Constituição de reserva para proposta de dividendos adicionais futuro	22	-	-	-	11.204	(11.204)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>221.413</b>	<b>41.461</b>	<b>172.203</b>	<b>11.204</b>	<b>-</b>	<b>446.281</b>
Distribuição de reserva de dividendos de exercício anterior	22	-	-	-	(11.204)	-	(11.204)
Lucro líquido do exercício	22	-	-	-	-	133.765	133.765
<b>Destinação do lucro:</b>							
Constituição de reserva legal	22	-	2.820	-	-	(2.820)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração	22	-	-	28.304	-	(28.304)	-
Dividendos antecipados propostos (R\$ 0,145 por ação) e pagos	22	-	-	-	-	(41.048)	(41.048)
Constituição de reserva para proposta de dividendos adicionais propostos	22	-	-	-	61.593	(61.593)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>221.413</b>	<b>44.281</b>	<b>200.507</b>	<b>61.593</b>	<b>-</b>	<b>527.794</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com a finalidade específica de desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) usinas termoeletricas ("UTE"), denominadas "UTE Termoparabá" e "UTE Termonordeste", que em conjunto são denominadas ("UTES"), ambas movidas a óleo combustível e com potência instalada prevista de 170,80 MWh cada. As UTEs receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica através das Portarias do MME nº 340, de 6 de dezembro de 2007 e nº 347, de 11 de dezembro de 2007, para a UTE Termoparabá e a UTE Termonordeste, respectivamente. Não estão previstas as renovações ou prorrogações das autorizações, bem como indenização dos investimentos realizados, assegurando-se o direito de remoção das instalações realizadas no final do período. O início das operações ocorreu em 24 de dezembro de 2010 para a UTE Termonordeste e 13 de janeiro de 2011 para a UTE Termoparabá. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Projelada s/nº, Engenheiro Triunfo, Estrada do Aterro Sanitário Km 01, Distrito Industrial, CEP 58000-000, cidade de João Pessoa no Estado da Paraíba. As UTEs Termonordeste e Termoparabá tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emite um comando de despacho, esse custo da energia gerada é pago pelas Distribuidoras compradoras no leilão, pagando-se pelo preço do Custo Variável Unitário ("CVU") declarado pela energia gerada. Há dois tipos de receita nas UTEs: • **Receita fixa:** que é representada pela remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, que reflete a receita de disponibilidade da UTE. • **Receita variável:** refere-se à receita da energia gerada pelas UTEs e valorada ao CVU; que é o valor do custo variável para cada MWh gerado pelas UTEs, expresso em R\$/MWh. O CVU compõe-se de duas parcelas: a primeira vinculada ao custo do combustível, e a segunda vinculada aos demais custos variáveis. No exercício de 2021 a sociedade teve um aumento significativo em sua receita e custo operacional. O principal fator para variação foi o despacho médio de 46% da capacidade instalada em 2021 (8% em 2020), o despacho é realizado substancialmente em atendimento às demandas de geração conforme requerimento do Operador Nacional do Sistema (ONS). **Impactos decorrente da COVID-19:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras. As receitas do segmento operacional da EPASA estão afetadas à disponibilidade da infraestrutura de geração termoeletrica bem como ao valor da CVU. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da geradora causada pelas medidas de combate à COVID-19. De forma geral, a Companhia empenhou e segue empenhando, esforços para se adaptar à nova realidade causada pela pandemia da COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da empresa, cumprimento de todos os Decretos/Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara.

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

**2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Companhia também se utiliza, de forma espontânea e não obrigatória, das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2022. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### 3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, quando aplicável, reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos:** A Companhia entende que não há impactos relevantes decorrentes de julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 14 - Imobilizado** - aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis; • **Nota explicativa 19 - Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis** - reconhecimento e mensuração; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • **Nota explicativa 21 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos** - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e • **Nota explicativa 29 - Instrumentos financeiros** - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo. **(f) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

#### 5. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Uma série de outras novas normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia, motivo pelo qual não estão sendo divulgadas nessas notas explicativas.

#### 6. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme divulgado na **Nota Explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros**.

#### 7. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **7.1 Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiantemente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. As receitas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica. As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita variável, pela venda de energia elétrica, é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente. **Receita Energia Elétrica no**

#### Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2021	2020
<b>Receita operacional líquida</b>	23	<b>1.370.875</b>	<b>405.674</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>			
Custo de operação	25	(1.163.741)	(250.824)
Custo com energia elétrica	24	(38.709)	(31.335)
<b>Lucro bruto</b>		<b>168.425</b>	<b>123.515</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Reversão (Perda) por redução ao valor recuperável do contas a receber	25	33	(62)
Despesas gerais e administrativas	25	(12.889)	(11.839)
Outras (despesas) receitas operacionais	25	(558)	(139)
<b>Lucro operacional</b>		<b>155.011</b>	<b>111.475</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras</b>			
Receitas financeiras	26	3.448	7.068
Despesas financeiras	26	(6.073)	(10.761)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(2.625)</b>	<b>(3.693)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>152.386</b>	<b>107.782</b>
Imposto de renda	21	(5.864)	(10.650)
Contribuição social	21	(12.757)	(11.605)
<b>Total do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(18.621)</b>	<b>(22.255)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>133.765</b>	<b>85.527</b>
<b>Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas (Em Reais)</b>		<b>0,47</b>	<b>0,30</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	133.765	85.527
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>133.765</b>	<b>85.527</b>

#### Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
<b>1 - Receita</b>	<b>1.530.721</b>	<b>459.479</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.526.961	452.658
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	3.727	6.893
1.3 Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	33	(62)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(1.125.071)</b>	<b>(197.191)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(42.655)	(34.529)
2.2 Material	(1.040.990)	(145.754)
2.3 Serviços de terceiros	(15.331)	(10.451)
2.4 Outros	(26.095)	(6.457)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>405.649</b>	<b>262.288</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(90.615)</b>	<b>(90.400)</b>
4.1 Depreciação e amortização	(90.615)	(90.400)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>315.034</b>	<b>171.888</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>3.616</b>	<b>7.068</b>
6.1 Receitas financeiras	3.616	7.068
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>318.651</b>	<b>178.956</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
8.1 Pessoal e encargos	17.798	16.804
8.1.1 Remuneração direta	11.941	11.167
8.1.2 Benefícios	4.569	4.664
8.1.3 FGTS	1.288	973
8.2 Impostos, taxas e contribuições	161.141	65.949
8.2.1 Federais	161.055	65.870
8.2.2 Estaduais	-	-
8.2.3 Municipais	87	79
8.3 Remuneração de capital de terceiros	5.947	10.676
8.3.1 Juros	5.882	10.613
8.3.2 Aluguéis	65	63
8.4 Remuneração de capital próprio	133.765	85.527
8.4.1 Dividendos (incluindo adicional proposto)	98.773	60.576
8.4.2 Lucros retidos	34.992	24.951
<b>Total</b>	<b>318.651</b>	<b>178.956</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>152.386</b>	<b>107.782</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização	14 e 15	90.615	90.400
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	(19)	543
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	9	(33)	62
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	17	4.588	10.527
<b>Total</b>		<b>247.537</b>	<b>209.314</b>
<b>Variações nos ativos operacionais:</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(34.867)	(31.853)	
Impostos correntes	(34.817)	-	
Tributos a compensar	(15.047)	14.112	
Depósitos judiciais	9	248	
Estoques	(12.188)	(1.732)	
Outros créditos	13.151	(26.985)	
<b>Variações nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores	19	18.918	(6.174)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas			(923)
Outros tributos e contribuições sociais	19	48.869	6.555
Débito fiscal diferido		(18.158)	

☆ continuação

### Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - CNPJ nº 10.366.780/0001-41

#### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

Companhia. A Companhia não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras pela alteração do modelo de perdas em créditos esperadas, em virtude de não ter histórico de perdas efetivas com clientes. **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado. **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. **7.11 Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais são provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis. **7.12 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2). **Como arrendatário:** No início de um contrato a Companhia avalia se o contrato contém um arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo arrendado ao arrendatário ao fim do prazo de arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas mensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nessa data. Os pagamentos do arrendamento devem ser descontados, utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada imediatamente. Se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxa de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo de ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multa por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento; • O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante da alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência; • Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **Como arrendatário:** No período comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo de locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo; • Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento. **7.13 Dividendos:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quanto previsto no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 e o ICP 08 (R1), apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de reserva para proposta de dividendos propostos, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediário apurado através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre o capital próprio intermediários na data-base de 30 de junho só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. **7.14 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação adicional, requerido como parte das demonstrações financeiras de companhias abertas. **7.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06 (R2)); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); e • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

**8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2021	2020
Bancos e contas correntes	1.044	288
Aplicações financeiras de curtíssimo prazo (a)	18	18
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	163.977	104.292
	<b>165.040</b>	<b>104.598</b>

(a) **Aplicações financeiras de curtíssimo prazo** - são remuneradas diariamente através de uma aplicação investimento automático de liquidez diária com rentabilidade de aproximadamente 5% do CDI (5% do CDI em 2020). (b) **Aplicações financeiras de curto prazo** - São remuneradas diariamente através de uma aplicação em operações com Certificado de Depósito Bancário - CDB, com rentabilidade entre 85% e 101% do CDI (entre 85% e 101% do CDI em 2020), com prazo de resgate em até 60 dias. O aumento do saldo das aplicações financeiras de curto prazo se deve, dentre outros fatores, à grande produção no último trimestre de 2021 e, consequentemente, maior entrada de caixa. Os valores possuem natureza de reserva de caixa e não de investimento financeiro.

**9. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS**

	2021	2020
Operações realizadas na CCEE (a)	994	5.060
Concessionárias e permissonárias - Partes relacionadas (b)	26.415	21.202
Concessionárias e permissonárias (b)	121.941	88.967
Perda esperada de liquidação duvidosa (c)	149.351	115.229
	(153)	(932)
	<b>149.197</b>	<b>114.297</b>

A Companhia possui cronograma de recebimento de 45 dias, dessa forma não possui títulos vencidos não considerados nas perdas esperadas. (a) **Operações realizadas na CCEE** - Corresponde a operações realizadas no curto prazo nas seguintes configurações: • Revenda da compra de energia no mercado Spot para repor garantia de disponibilidade prevista em contrato de concessão; • Operação em modo de inflexibilidade também prevista no contrato de concessão; • Despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa disposta na Resolução Normativa ANEEL 822/2018. (b) **Concessionárias e permissonárias** - Referem-se basicamente a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a concessionárias e permissonárias, transações efetuadas, principalmente com Companhias fora do Grupo CPFL Energia. (c) A perda esperada considera estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia. A Companhia não possui histórico de perdas com clientes contratuais, e as perdas com clientes não contratuais já estão reconhecidas.

**Movimentação na provisão para perda ao valor recuperável**

	2021	2020
<b>Saldo no início do exercício</b>	(932)	(870)
Reversão	33	-
Adição	-	(62)
Baixas	746	-
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(153)</b>	<b>(932)</b>

**10. TRIBUTOS A COMPENSAR**

	2021	2020
Programa de integração social - PIS (a)	2.976	2.492
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (a)	3.082	4.961
Créditos de ICMS - Aquisição de combustível (b)	20.067	4.302
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.352	3.675
	<b>30.477</b>	<b>15.430</b>

(a) **PIS/COFINS a compensar** - Estão relacionados a créditos das contribuições sociais do PIS/PASEP e da COFINS. A expectativa da Administração é de que sejam integralmente realizados ao longo do exercício de 2022, considerando que parte dos créditos levantados foram realizados ainda no exercício de 2021; (b) **Créditos de ICMS - Aquisição de combustível** - Referem-se ao crédito de ICMS oriundo da diferença de alíquotas na saída do Combustível da Petróbras, o qual é substituído tributário e emite nota fiscal com alíquota interna integral de 18% (dezoito por cento), sem observar o Regime Especial de Tributação do imposto na entrada da mercadoria no Estado da Paraíba. A Companhia vem alternativamente requerendo a restituição da parte incentivada de 10% (dez por cento) do ICMS por substituição tributária, cujos créditos obtidos são registrados somente após a homologação na Secretaria da Fazenda (SEFAZ) da Paraíba e são compensados com o fornecedor.

**11. IMPOSTOS FISCAIS CORRENTES**

	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Imposto de renda - IRPJ	11.737	5.238
Contribuição social - CSLL	13.973	4.277
	25.710	9.514

Os valores são referentes a pagamentos de IR e CSLL antecipados em 2021, ou retidos da Companhia em exercícios anteriores que foram utilizados para compensação de outros impostos através de PEFV/DCOMP, mas que serão compensados em 2022. No exercício de 2021 houve maior geração que em comparação a 2020, esgotamento do prejuízo fiscal e o início da adição da depreciação acelerada nas apurações do IRPJ e CSLL, tais fatores fizeram com o valor dos impostos a serem recolhidos fossem maiores no atual exercício.

**12. ESTOQUES**

	2021	2020
Insumos para produção de energia	48.798	25.770
Peças e materiais de manutenção periódica	14.914	16.545
Outros (a)	-	9.208
	<b>63.712</b>	<b>51.524</b>

Os estoques da Companhia são representados, em sua maioria, pelos insumos utilizados na produção de energia (óleo lubrificante, diesel e OCB1). Os demais referem-se às peças utilizadas para a manutenção periódica e preventiva de suas máquinas e equipamentos, além de matéria-prima. A administração não identifica ou espera a obsolescência dos seus estoques. (a) **Outros** - rubrica referem contabilizados os gastos atribuídos aos processos de produção de materiais. No exercício de 2021 foi feita análise sobre o montante e foi identificado que os materiais atribuídos aos gastos registrados foram utilizados e por isso foram baixados dentro do exercício corrente.

**13. OUTROS CRÉDITOS**

	2021	2020
Adiantamentos - fornecedores (a)	12.488	24.332
Cauções, fundos e depósitos vinculados (b)	3.595	-
Ordens em curso (c)	22.394	29.044
Despesas antecipadas (d)	1.343	433
Outros	1.464	265
	<b>41.283</b>	<b>54.074</b>

(a) **Adiantamentos a fornecedores** - Compreendem valores adiantados a fornecedores para a compra de combustível e para a compra de materiais para manutenção das usinas. Como não há previsão para geração no início de 2022, houve redução do montante. (b) **Cauções, fundos e depósitos vinculados** - Durante o exercício de 2021 ocorreu a quitação integral do empréstimo ora vigente junto ao BNB. Com isso, houve a liberação do valor em caução. (c) **Ordens em curso** - Compreendem gastos reembolsáveis bem como gastos com projetos em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), instituído pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/2008 e 504/2012, que após o encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (Nota Explicativa nº 20). No exercício de 2021 houve o encerramento de alguns projetos. A previsão da administração é que os projetos sejam concluídos no exercício de 2022. (d) **Despesas antecipadas** - Compreendem os valores antecipados a título de FEEF (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal) para obter liberação das parcelas de ressarcimento de ICMS, vide Nota Explicativa 10.

**14. IMOBILIZADO**

	2021	2020
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>26.486</b>	<b>405.249</b>
Adições	-	-
Transferências	-	6.251
Depreciação (5.297)	(82.399)	(43)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>21.189</b>	<b>329.102</b>
Adições	-	344
Baixas	-	(270)
Depreciação (5.297)	(82.642)	(43)
Baixa da depreciação	-	99
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>15.892</b>	<b>246.460</b>
Custo histórico	36.167	658.451
Depreciação acumulada (20.275)	(411.991)	(51)
<b>Taxa média de depreciação</b>	<b>14,65%</b>	<b>12,55%</b>

Para todos os períodos apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, entre outros. O resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de desvalorização dos ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas. Considerando o que predispõe o CPC 27 onde a vida útil de um ativo pode ser menor do que a sua vida econômica, a Companhia verificou a necessidade de equiparar a vida útil dos Ativos à vida útil econômica do Empreendimento. A perspectiva do ajuste das taxas de Depreciação considerou aspectos mercadológicos, sendo: i) os últimos leilões de energia não contemplaram fontes de combustível à óleo, e ii) o tema predominante nas discussões regulatórias é acerca da renovação térmica à Gás Natural. Neste sentido, a Companhia realiza a depreciação dos ativos de modo que esteja completa na mesma data de encerramento da vida útil econômica do empreendimento, qual seja, em 31 de dezembro de 2024.

**15. INTANGÍVEL**

	2021	2020
Suprimento de energia elétrica	444	2.857
Encargos de uso da rede elétrica	1.993	1.527
Materiais e serviços	23.754	2.892
	<b>26.192</b>	<b>7.274</b>

A movimentação do intangível, composto apenas por *Softwares*, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	Valor
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>12.547</b>
Adições	11
Amortização (2.603)	
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>9.955</b>
Amortização (2.548)	
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>7.407</b>
Custo histórico	33.636
Amortização acumulada (26.229)	

Para todos os períodos apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, entre outros. O resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

**16. FORNECEDORES**

	2021	2020
Encargos de uso da rede elétrica	1.993	1.527
Materiais e serviços	23.754	2.892
	<b>25.747</b>	<b>4.419</b>

Considerando a alta demanda de geração no final de 2021 e as necessidades de fluxo de caixas, foram realizadas compras de óleo combustível de forma parcelada, gerando um maior saldo de materiais e serviços no final do exercício.

**17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	2021	2020
<b>Encargos</b>		
Principal		
- Circu- circulan		
- Circu- lante		
- Circu- lante		
<b>Total</b>		

Mensuradas ao custo

	2021	2020
Moeda nacional	444	2.857
BNDES / BNB - Investimento	134	16.318
	<b>134</b>	<b>16.318</b>

**Mensuradas ao custo**

	2021	2020
Moeda Nacional		
- Prefixado		
- 10% a.a. janeiro de 2013		
- 152 parcelas mensais a partir de		
- JPLP a partir de		
- 1,82% a.a. janeiro de 2012		
- Fiança da CPFL Energia		
- recebíveis, penhor de direitos emergentes e fundo de liquidez em conta reserva		
- Fiança da CPFL Energia		
<b>Total mensuradas ao custo</b>	<b>43.055</b>	<b>59.602</b>

**Remuneração de garantias**

	2021	2020
Moeda Nacional		
- 132 parcelas mensais a partir de		
- 10% a.a. janeiro de 2013		
- 152 parcelas mensais a partir de		
- JPLP a partir de		
- 1,82% a.a. janeiro de 2012		
- Fiança da CPFL Energia		
- recebíveis, penhor de direitos emergentes e fundo de liquidez em conta reserva		
- Fiança da CPFL Energia		
<b>Total mensuradas ao custo</b>	<b>43.055</b>	<b>116.333</b>

**Condições restritivas (Covenants):** Para o empréstimo junto ao BNDES - modalidade FINEM - há uma cláusula restritiva quanto à manutenção, pela Companhia, do índice de cobertura do serviço da dívida em 1,1 vez e do índice de capital próprio (patrimônio líquido dividido pelo ativo imobilizado) de, no mínimo, 25,3%, apurado anualmente. Adicionalmente, é requerida anualmente da Garantidora CPFL Energia S.A. ou CPFL Energia, investidora indireta da Companhia, a manutenção dos seguintes índices financeiros: • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75; • Endividamento total dividido pelo Ativo Total, menor ou igual a 65%. A definição de EBITDA, da CPFL Energia para fins de apuração de *covenants*, leva em consideração, principalmente, a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela CPFL Energia nas suas Companhias (tanto para EBITDA como ativos e passivos). A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2021. Abaixo a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

**Saldo em 31 de dezembro de 2019**

	2019
Encargos e atualizações monetárias e cambiais	10.527
Amortização de principal	(35.352)
Pagamento de juros	(10.345)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>116.333</b>
Encargos e atualizações monetárias e cambiais	4.588
Amortização de principal	(73.482)
Pagamento de juros	(4.384)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>43.055</b>

**18. TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	2021	2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	38	29
Programa de integração social - PIS	161	732
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	752	87
Outros	706	626
	<b>1.657</b>	<b>1.474</b>

**19. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	2021	2020
<b>Provisões para riscos fiscais, cívicos e Trabalhistas</b>		
- Depósitos judiciais		
- Depósitos judiciais		
- Depósitos judiciais		
<b>Total</b>		

Trabalhista

	2021	2020
Cívicos	-	14
Fiscais	750	-
Outros	-	-
	<b>800</b>	<b>14</b>

**20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2021	2020
Recargas de aplicações financeiras	3.388	4.027
Acréscimos e multas moratórias	120	91
Atualizações monetárias e cambiais	5	3.281
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(148)	(345)
Outros	83	13
	<b>3.448</b>	<b>7.068</b>

**Despesas financeiras**

	2021	2020
Encargos de dívidas	(4.588)	(10.347)
Atualizações monetárias e cambiais	(1.432)	(182)
Outros	(52)	(232)
	<b>(6.072)</b>	<b>(10.761)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(2.625)</b>	<b>(3.693)</b>

**21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

	2021	2020
<b>Receitas financeiras</b>		
- Rendas de aplicações financeiras	3.388	4.027
- Atualizações de créditos fiscais	120	91
- Atualizações monetárias e cambiais	5	3.281
- PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(148)	(345)
- Outros	83	13
	<b>3.448</b>	<b>7.068</b>

**Despesas financeiras**

	2021	2020
Encargos de dívidas	(4.588)	(10.347)
Atualizações monetárias e cambiais	(1.432)	(182)
Outros	(52)	(232)
	<b>(6.072)</b>	<b>(10.761)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(2.625)</b>	<b>(3.693)</b>

A Companhia tem como um dos acionistas a CPFL Geração de Energia S.A. e é indiretamente controlada em conjunto, na proporção de 53,34% (53,34% em 31 de dezembro de 2020) pela CPFL Energia S.A. Os demais acionistas que representam 46,66% (46,66% em 31 de dezembro de 2020) são: (I) **EBRASIL Gás e Energia S.A.** e (II) **EBRASIL Gás e Energia S.A.** e (III) **EBRASIL Gás e Energia S.A.** (EGÁS) é uma sociedade anônima de capital fechado,

As movimentações das provisões para riscos fiscais, cívicos e trabalhistas estão demonstradas a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Trabalhistas	69	300	(155)	(214)	-
Cívicos	-	50	-	-	50
Fiscais	750	-	-	-	750
	<b>819</b>	<b>350</b>	<b>(155)</b>	<b>(214)</b>	<b>800</b>

☆ continuação

**Centrais Elétricas da Paraíba S.A.** - CNPJ nº 10.366.780/0001-41

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**
*(Valores expressos em milhares de Reais)*

Os saldos e as transações envolvendo partes relacionadas estão demonstrados no quadro abaixo. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: • **Venda de energia** - Refere-se basicamente à venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela Companhia como sendo de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas preestabelecidas pela Administração da Companhia. • **Prestação de serviços** - Refere-se a serviços de apoio administrativo, tecnologia de informação e recursos humanos. • **Remuneração do pessoal chave** - A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2021, conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - 05 (R1), foi de R\$ 4.476 (R\$ 4.149 em 2020). Este valor é composto por R\$ 4.286 (R\$ 3.969 em 2020) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 190 (R\$ 180 em 2020) de benefícios pós-emprego, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência. **27.1 Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa:**

Empresas	Despesas	
	2021	2020
Araraquara Transmissora de Energia S.A.	(18)	(4)
Aliântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil Ltda.	(4)	(1)
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	(484)	(105)
Canarana Transmissoras de Energia S.A.	(49)	(10)
Cabrerê Transmissora de Energia S.A.	(45)	(10)
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.	(95)	(18)
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.	(38)	(7)
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	(75)	(16)
Iracema Transmissora de Energia S.A.	(21)	(4)
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	(170)	(40)
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.	(29)	(6)
Linhas de Transmissão do Itatim S.A.	(38)	(8)
Luizlândia-Niquelândia Transmissora S.A.	(3)	(1)
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.	(4)	(1)
Matrincha Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	(164)	(36)
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	(112)	(25)
Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia	(303)	(64)
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.	(31)	(7)
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.	(85)	(19)
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.	(28)	(6)
Serra de Mesa Transmissora de Energia S.A.	(103)	(22)
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.	(28)	(6)
Xingu Rio Transmissora de energia S.A.	(977)	(212)
	<b>Recitas</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Companhia Jaguará de Energia	1.739	503
Companhia Paulista de Força e Luz	156.162	45.207
Companhia Piratininga de Força e Luz	120.626	34.920
RGE Sul Distribuidora de Energia S/A	13.460	3.897

**28. SEGUROS**

Descrição	Ramo da apólice	2021	2020
Ativo financeiro da concessão/Intangível	Incêndio, rai, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	549.677	546.783
Automóveis	Cobertura compreensiva	1.530	1.530
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica, vidas em grupo e acidentes	25.000	25.000
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	-	155.287
		<b>576.207</b>	<b>728.600</b>

**29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados. A Administração da Companhia não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como não possui instrumentos

financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicações de caráter especulativo. Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Mensuração	Nível Hierarquia (*)	2021		2020		
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	(2)	Nível 2 (**)	165.040	165.040	104.598	104.598
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(1)	Nível 1	149.197	149.197	114.297	114.297
Outros créditos	(1)	Nível 1	44.518	44.518	70.535	70.535
			<b>358.755</b>	<b>358.755</b>	<b>289.430</b>	<b>289.430</b>
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	(1)	Nível 1	26.192	26.192	7.274	7.274
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	(2)	Nível 2 (**)	43.055	40.520	116.333	102.604
Outras contas a pagar	(1)	Nível 1	31.107	31.107	37.718	37.718
			<b>100.353</b>	<b>100.353</b>	<b>161.325</b>	<b>147.596</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo. (\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com CPC 40 (R1). **Mensuração:** (1) - Mensurado ao valor justo; e (2) - Mensurado ao custo amortizado. Os instrumentos financeiros cujos valores registrados se aproximam dos valores justos na data destas demonstrações financeiras, devido à natureza destes saldos, são: • **Ativos financeiros:** O caixa e os equivalentes de caixa, a conta de consumidores, concessionárias e permissionárias e outros créditos são ativos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Não existe divergência entre valores contábeis e valor justo. • **Passivos financeiros:** Empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar são classificados como outros passivos financeiros e não há divergência relevante entre valores contábeis e valor justo. **a. Hierarquia para valorização dos instrumentos financeiros:** O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. **b. Análise de sensibilidade:** Em consonância com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, que no caso da Companhia é representado pela variação das taxas de juros, conforme demonstrado: **Variação das taxas de juros:** (i) Com o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2021 seja mantido; e (ii) Com os respectivos indexadores anuais acumulados para esta data base permaneçam estáveis (CDI 9,25% a.a. - TJLP 5,32% a.a.). Os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para o próximo exercício social seria uma receita financeira líquida de R\$ 12.976 (receita de CDI de R\$ 15.266 e despesa de TJLP de R\$ 2.291). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor do resultado financeiro líquido seria impactado da seguinte maneira:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário	
			I Elevação/Redução de índice em 25%	II Elevação/Redução de índice em 50%
Instrumentos financeiros ativos	165.040	Baixa	15.266	19.083
		CDI	15.266	19.083
Instrumentos financeiros passivos	(43.055)	Alta	(2.291)	(2.863)
		TJLP	(2.291)	(2.863)
<b>Total</b>	<b>(43.055)</b>		<b>12.976</b>	<b>16.220</b>
			<b>12.976</b>	<b>19.473</b>

Efeitos no resultado abrangente acumulado; Efeitos no resultado do período. (a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado. **c. Análise de liquidez:** A

Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros não derivativos, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deva liquidar as respectivas obrigações.

Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses			Mais de 5 anos	Total	
			1 ano	1-3 anos	4-5 anos			
<b>31/12/2021</b>								
Fornecedores	16	25.817	375	-	-	-	26.192	
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	17	1.360	2.720	12.239	26.737	-	43.055	
Outros: EPE/FNDCT/PROCEL		459	-	-	-	-	459	
<b>Total</b>		<b>27.636</b>	<b>3.095</b>	<b>12.239</b>	<b>26.737</b>	<b>-</b>	<b>69.706</b>	
	<b>Nota explicativa</b>	<b>1 mês</b>	<b>1-3 meses</b>	<b>1 ano</b>	<b>1-3 anos</b>	<b>4-5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
<b>31/12/2020</b>								
Fornecedores	16	112	30	63	581	-	796	
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	17	3.678	11.010	28.362	88.950	-	132.000	
Outros: EPE/FNDCT/PROCEL		473	1.419	3.784	17.028	-	22.704	
<b>Total</b>		<b>4.263</b>	<b>12.459</b>	<b>32.209</b>	<b>106.559</b>	<b>-</b>	<b>155.490</b>	

**30. GESTÃO DE RISCOS**

Os negócios da Companhia compreendem a geração de energia elétrica. A Companhia tem seus principais riscos reportados e monitorados por seus Conselhos Fiscal e de Administração. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue: • **Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. • **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. • **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

**31. COMPROMISSOS ASSUMIDOS**

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra são como segue:

Obrigações Contratuais em 31/12/2021	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Encargos de Transmissão e Distribuição	26.298	52.596	-	-	78.894	
<b>Total</b>		<b>43.716</b>	<b>76.630</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>120.346</b>
		<b>Menos de 1 ano</b>	<b>1-3 anos</b>	<b>4-5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
<b>Obrigações Contratuais em 31/12/2020</b>						
Fornecedores de materiais e serviços	2.445	5.172	2.743	-	10.360	
Encargos de Transmissão e Distribuição	17.167	34.334	17.167	-	68.668	
<b>Total</b>		<b>19.612</b>	<b>39.506</b>	<b>19.910</b>	<b>-</b>	<b>79.028</b>

**Contador**

José Ferreira Abdal Neto - Diretor Presidente

Ricardo Idé Kintschner - Diretor Financeiro

Renato Barros Pinheiro - CRC PB-012257/O-5

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA** - João Pessoa - PB - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse

Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,

conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 15 de fevereiro de 2022


 KPMG Auditores Independentes  
CRC PE-000904/F-7

 Ranley Borges Marques  
Contador - CRC 1SP217700/O-3